

7861

Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 03/04/14

Caracis
Conceição de Maria Lago Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado GUSTAVO NEIVA

para relatar.

Em 11/4/2014

[Assinatura]
Presidente (op. de) da Comissão
de Justiça

PROCESSO: AL-7861/14
PROJETO DE LEI nº 20/14
AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ.
RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA

I- Do relatório

Nos termos regimentais, veio a este Parlamentar para o devido parecer o Projeto de Lei nº 20/14 de autoria do Governo do Estado do Piauí.

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a proceder à cessão de uso do imóvel pertencente ao patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, situado na Rua 36, nº 3725, Bairro Dirceu Arcoverde I, no Município de Teresina-PI, para a instalação de Centro Esportivo do Instituto Nacional Craques do Futuro, reconhecido de utilidade pública pela Lei Estadual, nº 6.72 de 17 de maio de 2011, publicada no DOE nº 92, de 17.05.2011 do Município de Teresina-PI.

Pela proposição, o imóvel objeto da presente cessão será revertida ao patrimônio imobiliário do Estado em caso de destinação diversa do que propõe o presente Projeto de Lei, bem como é vedada a cessão, transferência ou utilização a qualquer título, por terceiros, no todo ou em parte, do imóvel cedido exclusivamente à cessionária.

Em apertada síntese, é o RELATÓRIO.

II- Da fundamentação

II.1- Da constitucionalidade formal – por competência de iniciativa da proposição.

A inteligência do art. 75, *caput*, da Constituição Estadual indica a competência para iniciativa da presente proposição por parte do Governo do Estado¹.

II.2- Da constitucionalidade material: atendimento aos requisitos constantes no art. 18 da Constituição do Estado do Piauí.

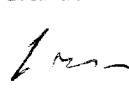
Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado do Piauí e de suas entidades da administração indireta dependerá:

(...)

II - De autorização legislativa, quando o imóvel for do Estado, de suas autarquias ou fundações públicas.

(...)

1 A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original).



Gabinete do Dep. GUSTAVO NEIVA

Como se observa, o presente Projeto de Lei propõe cessão do imóvel retro referido para a instalação de Centro Esportivo do Instituto Nacional Craques do Futuro, reconhecido de utilidade pública, o que demonstra com clareza os fins sociais a que se destina a presente proposição, estando, assim, dentro da exceção albergada no § 1º do Art. 18 da Constituição Estadual.

Pelo exposto, ao sentir desta relatoria, o Projeto de Lei em tela encontra-se dentro dos parâmetros exigidos para a normal tramitação, no que opinamos por voto FAVORÁVEL a presente proposição.

A Comissão, de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

() Pela **REJEIÇÃO** do voto do Relator;

DEP. GUSTAVONEIVA

RELATOR

RELATOR

Reuniao Conjunta

APROVACAO UNANIMIDADE

08/14

Presidente da Comissão de

Justica

Estuturo

Concedido vista ao processo do Dep. Hebeo Isaac

Em 06/05/54

Presidente da Comissão de

Justica

Estuturo